
16h30m

MESA REDONDA

**SÍNTESE E BALANÇO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES
SUBSTANTIVAS E PROCESSUAIS**

Participantes:

Inês Lopes, Mestre em Direito e Assistente Convidada na FDUP

José Sanhudo, Mestre em Direito e Doutorando pela FDUP

Luís Correia da Silva, Mestre em Direito pela FDUP

Rebeca Campanário, Mestre em Direito pela FDUP

Tiago Morais Rocha, Mestre em Direito e Assistente Convidado na FDUP

17h30m

ENCERRAMENTO

AS ALTERAÇÕES À LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL ANTICORRUPÇÃO

**SALÃO NOBRE
DA FACULDADE
DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DO PORTO**

**28 DE
MARÇO
DE 2022
9H45M**

Participação gratuita

Inscrição obrigatória, mediante
preenchimento do formulário online.

O certificado de participação será
enviado para o email indicado no
formulário de inscrição.

Organização

Prof. Doutor António Manuel de Almeida Costa

Prof. Doutor André Lamas Leite

Prof. Doutora Sandra Oliveira e Silva

PROGRAMA

9h45m

SESSÃO DE ABERTURA

Prof. Doutor Paulo de Tarso Domingues

Diretor da FDUP

Prof. Doutora Graça Enes Ferreira

Coordenadora do CIJE

10h00m

PAINEL I

AS ALTERAÇÕES EM MATÉRIA PENAL

Moderador:

José Igreja de Matos

Desembargador, Presidente do Tribunal da Relação do Porto

Considerações gerais sobre a Estratégia Nacional Anticorrupção e a Lei n.º 94/2021, de 12 de dezembro

António Manuel de Almeida Costa, FDUP

A criminalização da chamada “ocultação de riqueza”

Pedro Caeiro, FDUC

Alterações de direito penal substantivo quanto à responsabilidade criminal das pessoas coletivas e equiparadas

André Lamas Leite, FDUP

11h15m – Pausa para café

11h30m

As alterações legais ao direito penal das sociedades comerciais

Susana Aires de Sousa, FDUC

Prémios penais no domínio da corrupção: potencialidades e perigos

Sandra Oliveira e Silva, FDUP

12h15m – Debate

12h45m – Intervalo para almoço

14h30m

PAINEL II

AS ALTERAÇÕES EM MATÉRIA PROCESSUAL PENAL

Moderador:

Cândido da Agra

Professor Emérito da FDUP

Separação de processos: é possível diminuir um elefante?

João Conde Correia

Procurador-Geral Adjunto, Conselho Consultivo da PGR

Os impedimentos entre a imparcialidade do juiz e a funcionalidade do sistema. Notas sobre a recente alteração do artigo 40.º CPP

Pedro Soares de Albergaria

Desembargador, Presidente do Tribunal da Comarca dos Açores

A pessoa coletiva arguida no processo penal – o que muda?

Maria João Antunes, FDUC

15h45m – Debate

16h15m – Pausa para café

Cada intervenção terá a duração de 20 minutos.